



Documento enviado com sucesso!!
Segue abaixo os dados do documento:

PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.

O documento foi entregue para CVM e B3

Tipo de Documento:	Versão:	Data de Referência:	Data de Entrega:
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	1	31/12/2025	17/03/2026

NÚMERO DO PROTOCOLO:
013471DFP311220250100155402-75 

 [COMPARTILHAR](#)

 [IMPRIMIR](#)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	60
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	61
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.425
Preferenciais	0
Total	12.425
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	20.422	32.022
1.01	Ativo Circulante	20.415	32.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.290	31.822
1.01.06	Tributos a Recuperar	125	94
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	99
1.02	Ativo Não Circulante	7	7
1.02.03	Imobilizado	7	7
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	20.422	32.022
2.01	Passivo Circulante	44	48
2.01.03	Obrigações Fiscais	44	48
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44	48
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	44	48
2.02	Passivo Não Circulante	743.600	551.250
2.02.02	Outras Obrigações	42.319	52.037
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	42.319	52.037
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	42.319	52.037
2.02.04	Provisões	701.281	499.213
2.02.04.02	Outras Provisões	701.281	499.213
2.02.04.02.04	Provisão para perdas com investimento em controladas	701.281	499.213
2.03	Patrimônio Líquido	-723.222	-519.276
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.654.987	-1.451.037
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	310	306

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-204.336	-110.402
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.268	-2.474
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.268	-2.474
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-202.068	-107.928
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-204.336	-110.402
3.06	Resultado Financeiro	390	407
3.06.01	Receitas Financeiras	426	449
3.06.02	Despesas Financeiras	-36	-42
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-203.946	-109.995
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-203.946	-109.995
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-203.946	-109.995
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-16,41	-8,85

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-203.946	-109.995
4.03	Resultado Abrangente do Período	-203.946	-109.995

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.814	-2.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.878	-2.067
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-203.946	-109.995
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	202.068	107.928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31	-55
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-31	-55
6.01.03	Outros	95	-116
6.01.03.01	Impostos e contribuições sociais a recolher	-4	-17
6.01.03.03	Outras Contas do ativo, líquidas	99	-99
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.718	20.227
6.02.02	Aumento (Redução) líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	-9.718	20.227
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.532	17.989
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.822	13.833
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.290	31.822

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-203.946	0	-203.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-203.946	0	-203.946
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-4	4	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-7	7	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	3	-3	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.654.987	310	-723.222

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.995	0	-109.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.995	0	-109.995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-736	-667
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-736	-667
7.03	Valor Adicionado Bruto	-736	-667
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-736	-667
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-201.642	-107.479
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-202.068	-107.928
7.06.02	Receitas Financeiras	426	449
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-202.378	-108.146
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-202.378	-108.146
7.08.01	Pessoal	996	1.221
7.08.01.01	Remuneração Direta	996	1.221
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	536	586
7.08.02.01	Federais	288	322
7.08.02.03	Municipais	248	264
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36	42
7.08.03.01	Juros	36	42
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-203.946	-109.995
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-203.946	-109.995

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	608.138	662.858
1.01	Ativo Circulante	181.661	236.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.900	35.510
1.01.03	Contas a Receber	70.776	111.338
1.01.03.01	Clientes	64.130	96.436
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.646	14.902
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	6.646	14.902
1.01.04	Estoques	81.684	85.360
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.301	3.966
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.301	3.966
1.02	Ativo Não Circulante	426.477	426.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.181	51.516
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	44.181	51.516
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	33.926	41.255
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2.253	1.860
1.02.01.10.05	Propriedade para investimento	8.002	8.092
1.02.01.10.06	Outros ativos não circulantes	0	309
1.02.03	Imobilizado	375.731	375.168
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	328.564	314.889
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	47.167	60.279
1.02.04	Intangível	6.565	0
1.02.04.01	Intangíveis	6.565	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	608.138	662.858
2.01	Passivo Circulante	661.038	495.741
2.01.02	Fornecedores	113.658	86.255
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	112.706	85.854
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	952	401
2.01.03	Obrigações Fiscais	192.850	114.074
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	192.850	114.074
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	26.282	6.681
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Parcelados	166.568	107.393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	174.285	160.222
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	132.664	127.078
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	132.664	127.078
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	41.621	33.144
2.01.04.03.01	Passivos de Arrendamento	41.621	33.144
2.01.05	Outras Obrigações	82.737	53.135
2.01.05.02	Outros	82.737	53.135
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	43.325	19.722
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	39.412	33.413
2.01.06	Provisões	97.508	82.055
2.01.06.02	Outras Provisões	97.508	82.055
2.01.06.02.04	Provisão para salários e encargos	97.508	82.055
2.02	Passivo Não Circulante	670.322	686.393
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	91.125	158.156
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.131	116.374
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.131	116.374
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	14.994	41.782
2.02.01.03.01	Passivos de Arrendamento	14.994	41.782
2.02.02	Outras Obrigações	554.831	510.163
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.417	7.722
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.417	7.722
2.02.02.02	Outros	548.414	502.441
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parcelados	363.964	319.940
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	174.292	182.501
2.02.02.02.05	Fornecedores	10.158	0
2.02.04	Provisões	24.366	18.074
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.366	18.074
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.366	18.074
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-723.222	-519.276
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.654.987	-1.451.037
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	310	306

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.152.103	1.131.800
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.005.698	-963.676
3.03	Resultado Bruto	146.405	168.124
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-170.671	-150.967
3.04.01	Despesas com Vendas	-68.251	-56.592
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-106.529	-100.444
3.04.02.01	Administrativa e Gerais	-106.529	-100.444
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	4.109	6.069
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-24.266	17.157
3.06	Resultado Financeiro	-179.680	-151.360
3.06.01	Receitas Financeiras	2.554	5.877
3.06.02	Despesas Financeiras	-182.234	-157.237
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-203.946	-134.203
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	24.208
3.08.02	Diferido	0	24.208
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-203.946	-109.995
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-203.946	-109.995
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-16,41	-8,85

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-203.946	-109.995
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-203.946	-109.995
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-203.946	-109.995

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	123.573	45.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65.542	81.901
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos impostos	-203.946	-134.203
6.01.01.03	Depreciação	36.309	34.392
6.01.01.04	Amortização	29.408	22.880
6.01.01.06	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	6.084	2.858
6.01.01.08	Juros e variação monetária, líquidas	180.191	155.382
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	17.547	15.933
6.01.01.10	Desconto de Juros e Multas sobre Transação Individual	0	-8.318
6.01.01.11	Provisão para créditos duvidosos	634	-7.297
6.01.01.13	Provisão para ajuste dos estoques a valor de mercado e obsolescência	-685	274
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	58.031	-36.854
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	31.672	-12.057
6.01.02.02	Estoques	4.361	13.380
6.01.02.04	Outras contas do ativo, líquidas	-1.718	1.211
6.01.02.05	Fornecedores	37.594	-15.267
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	-11.255	-7.202
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-393	-424
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais a pagar	42.834	102.080
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	5.462	-14.865
6.01.02.11	Outras contas do passivo, líquidas	-7.425	-61.278
6.01.02.13	Redução líquida em adiantamentos de clientes e desconto de duplicatas	23.603	-5.989
6.01.02.14	Tributos a Recuperar	7.994	22.761
6.01.02.15	Juros pagos	-74.698	-59.204
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.068	-33.190
6.02.02	No ativo imobilizado	-56.068	-33.190
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.115	6.812
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	118.984	241.083
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-194.794	-234.658
6.03.04	Redução líquida em mútuos a receber de partes relacionadas	-1.305	387
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.610	18.669
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	35.510	16.841
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.900	35.510

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276	0	-519.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276	0	-519.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-203.946	0	-203.946	0	-203.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-203.946	0	-203.946	0	-203.946
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-4	4	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-7	7	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	3	-3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.654.987	310	-723.222	0	-723.222

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.995	0	-109.995	0	-109.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.995	0	-109.995	0	-109.995
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.451.037	306	-519.276	0	-519.276

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	1.423.549	1.406.102
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.422.915	1.398.805
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	634	7.297
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-719.808	-680.217
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-493.570	-477.856
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-226.923	-202.087
7.02.04	Outros	685	-274
7.03	Valor Adicionado Bruto	703.741	725.885
7.04	Retenções	-65.717	-57.272
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.717	-57.272
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	638.024	668.613
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.684	11.719
7.06.02	Receitas Financeiras	2.554	5.877
7.06.03	Outros	4.130	5.842
7.06.03.02	Outras Receitas	4.130	5.842
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	644.708	680.332
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	644.708	680.332
7.08.01	Pessoal	333.924	305.169
7.08.01.01	Remuneração Direta	252.187	236.349
7.08.01.02	Benefícios	65.553	53.882
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.184	14.938
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	332.496	327.921
7.08.02.01	Federais	172.897	171.313
7.08.02.02	Estaduais	156.862	153.904
7.08.02.03	Municipais	2.737	2.704
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.234	157.237
7.08.03.01	Juros	182.234	157.237
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-203.946	-109.995
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-203.946	-109.995

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da administração

Perfil

Plascar S.A.

A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), por meio de sua subsidiária integral Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes plásticas para acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

Desempenho Econômico – Financeiro

A Plascar segue apresentando crescimento consistente de forma orgânica desde 2019, quando iniciou um profundo e complexo processo de reestruturação. A estratégia central deste processo se baseou em quatro pilares: (i) melhoria da gestão e da governança; (ii) austeridade financeira, com foco na renegociação de dívidas e na gestão rigorosa de gastos e custos; (iii) fortalecimento das relações comerciais e aumento de receita por meio da conquista de novos negócios; e, por fim, (iv) esforços para reposicionamento da Companhia com relação à qualidade de seus produtos e eficiência dos processos produtivos.

A despeito dos inúmeros contratempos inesperados enfrentados ao longo do período de reestruturação, com destaque para a pandemia e para a extremada elevação da taxa de juros no país, a estratégia adotada vem mostrando resultados positivos, principalmente no que diz respeito ao crescimento da receita, com consequente conquista de participação de mercado. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita líquida da Companhia e de seu resultado operacional, expresso através do *EBITDA*:

Ano	Receita Líquida	EBITDA
2018 ¹	346.821	(85.090)
2019 ^{1,2}	407.550	67.051
2020 ³	369.188	(22.277)
2021 ³	612.684	17.415
2022	848.190	56.482
2023 ⁴	947.129	110.905
2024	1.131.800	79.878
2025	1.152.103	45.961

(1) Impacto pelo efeito da baixa por *impairment*, no montante de R\$ 44.084 em 2018 e R\$ 17.955 em 2019.

(2) Efeito positivo de R\$ 85.282 relativo ao registro do crédito referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

(3) Reflexo da pandemia COVID-19, com paradas de produção, quedas de volume e desequilíbrio de preços.

(4) Impacto positivo de R\$ 75.894 decorrente dos efeitos da renegociação de passivo fiscal com a adesão à Transação Individual junto a PGFN.

O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, principalmente em razão da queda do volume de produção de caminhões, segmento de alta relevância para a Companhia. Esta queda abrupta de volume de produção gerou impactos muito negativos no resultado, através da menor absorção de custo fixo na planta de Jundiaí-SP e do aumento de custos de reestruturação, derivado da redução forçada do quadro de colaboradores nesta unidade. Por outro lado, o segmento de veículos leves apresentou estabilidade e crescimento leve de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

volume, contribuindo de forma positiva para o resultado da Companhia no período.

A Receita Líquida da Companhia em 2025 aumentou 5,1% (sem o efeito de ferramental) em relação a 2024, crescimento este superior à produção de veículos, que, segundo a ANFAVEA, apresentou aumento de 3,5% no mesmo período.

A administração da Plascar segue focando nas medidas definidas como essenciais para continuar impulsionando o crescimento saudável e sustentável da Companhia, que atualmente conta com 2.969 colaboradores, distribuídos em quatro unidades industriais, estrategicamente localizadas em São Paulo e Minas Gerais, além de dois *sites* de sequenciamento, localizados em São Bernardo do Campo-SP e São José dos Pinhais-PR.

Quadro Principais Índices Financeiros

(Em milhares de R\$)	2025	AH%	2024
Receita líquida	1.152.103	1,8%	1.131.800
Lucro bruto	146.405	(12,9%)	168.124
Despesas financeiras	(179.680)	18,7%	(151.360)
Prejuízo	(203.946)	85,4%	(109.995)
EBITDA ⁽¹⁾	45.961	(42,5%)	79.878
Dívida líquida ⁽²⁾	182.895	(12,0%)	207.942

Quadro Conciliação do EBITDA:

(Em milhares de R\$)	2025	2024
Prejuízo do exercício	(203.946)	(109.995)
Resultado financeiro	179.680	151.360
Imposto de renda e contribuição social	-	(24.208)
Depreciação e amortização	70.227	62.721
EBITDA ¹	45.961	79.878

Quadro Composição da Dívida Líquida:

(Em milhares de R\$)	2025	AH%	2024
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	208.795	(14,2%)	243.452
(=) Dívida Bruta ²	208.795	(14,2%)	243.452
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(25.900)	(27,1 %)	(35.510)
Dívida Líquida	182.895	(12,0%)	207.942

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

(2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Acima apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita líquida da Plascar continua sua tendência de crescimento, com aumento relevante em 2025, atingindo R\$ 1.152.103. Esse incremento de receita foi impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos, resultado do estreitamento cada vez maior do relacionamento comercial com os principais clientes da Companhia. Vários desses projetos estão direcionados à nova unidade industrial de Caçapava, que já se encontra em plena operação e vem se consolidando como uma das mais modernas fábricas de injeção e pintura plástica do país, posicionada em uma região estratégica.

A Plascar apresentou uma queda no EBITDA em 2025, partindo de 7,1% (ou R\$ 79.878) em 2024 para 4% (ou R\$ 45.961) em 2025, resultado este impactado principalmente pela queda do volume de caminhões e pelo consequente aumento dos custos de reestruturação. Apesar da queda de rentabilidade no ano, o comparativo do último trimestre apresenta uma evolução positiva do EBITDA, de 5,8% (ou R\$ 17.520) no 4T24 para 7,1% (ou R\$ 20.158) no 4T25. Essa rentabilidade positiva é explicada pelo resultado das medidas de contenção à perda de receita no segmento de caminhões, tomadas ao longo do ano.

O resultado líquido da Companhia, por sua vez, totalizou prejuízo de R\$ 203.946 em 2025, resultado ainda muito aquém do objetivado pela administração. A estratégia para reversão desse quadro passa pelo aumento do EBITDA, por meio da melhoria da eficiência operacional e do crescimento da receita da Companhia, o que será fundamental para desalavancar gradualmente a Companhia e compensar os volumes de depreciação e despesas financeiras correntes.

A Companhia realizou em 2025 investimentos da ordem de R\$ 51.000 em CAPEX (R\$ 30.000 em 2024), visando o crescimento de receita futura e aumento da eficiência produtiva.

A Companhia segue implementando com sucesso a estratégia de reestruturação definida com a mudança de gestão em 2019. No entanto, o atual cenário macroeconômico, caracterizado por níveis extremamente elevados de taxas de juros e contração generalizada da oferta de crédito, traz grandes desafios para a Companhia, principalmente no que diz respeito à gestão financeira das demandas geradas pelo crescimento operacional e pela necessidade de investimentos.

Mercado Automotivo

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2025 apresentou aumento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2024, somando 2,644 milhões de unidades no país. A produção de automóveis cresceu 4,8%, enquanto a produção de caminhões caiu 12,1%.

Cenário Automotivo ('000)	FONTE: ANFAVEA - BRASIL		
	2024	2025	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.554	2.644	3,5%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.635	2.690	2,1%

Recursos Humanos

A Companhia continua investindo no desenvolvimento constante de seus colaboradores, com aproximadamente 78,99 horas de ensino e treinamento por colaborador nos últimos 12 meses, focadas em aprendizagem junto ao SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

A Companhia encerrou o ano de 2025 com um quadro de 2.969 colaboradores (3.200 em 2024).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que a Companhia adota, como procedimento formal ao contratar auditores independentes, assegurar que a prestação de outros serviços não afete a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), foram realizados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Informamos que, no exercício de 2025, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 25 (R\$ 23 em 2024), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A prática da Companhia e de sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente, quais sejam: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente; e o auditor não deve advogar em favor de seu cliente.

Agradecimentos

Agradecemos, mais uma vez, a todos que estiveram presentes e apoiaram a Plascar ao longo do exercício de 2025, dentre os quais nossos colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

Jundiaí, 12 de março de 2026.

A Administração

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda." ou "Plascar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas ao acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui quatro plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí e Caçapava, no Estado de São Paulo, e Varginha e Betim, no Estado de Minas Gerais, além de dois *sítes* de sequenciamento localizados nas cidades de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, e São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, *spoilers*, painéis de instrumentos, difusores de ar, e outras peças plásticas complexas, tanto de interior como de exterior de automóveis e caminhões. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercados e máquinas de cartão, atividades que representam menos de 5% do total de ativos, da receita líquida e do resultado líquido consolidados da Companhia.

Em 2019, a Companhia passou a ser controlada da Pádua IV Participações S.A., que detém atualmente participação de 59,99% de seu capital. O quadro de acionistas é composto, também, por Deise Duprat Vilela Heller, que detém 21,64% de participação, além de outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 18,37% (vide nota explicativa 21.a).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de março de 2026.

Situação financeira

Não obstante o crescimento e a alavancagem do faturamento verificados nos últimos anos, resultantes principalmente de entrada de novos negócios, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ainda apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes, no montante de R\$ 479.377 (R\$ 259.567 em 2024) no consolidado, bem como patrimônio líquido negativo na controladora e no consolidado, no montante de R\$ 723.222 (R\$ 519.276 em 2024).

Adicionalmente, a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e no comparativo, mantendo prejuízo acumulado de R\$ 1.654.987 na controladora e no consolidado (R\$ 1.451.037 em 2024).

A Companhia ainda necessita da captação recorrente de recursos junto às instituições financeiras para cobrir as necessidades de capital de giro geradas pelo contínuo crescimento da receita. A Administração está atenta às incertezas e desafios do mercado de crédito para a rolagem de seus empréstimos e a captação de novos recursos, em função das incertezas do mercado global.

A Administração entende que a Companhia possui plena perspectiva de continuidade operacional e, portanto, utilizou essa base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mesmo com a retração no segmento de caminhões pesados no período, a receita líquida da Companhia apresentou um aumento de 1,8% (5,1% sem efeito de ferramental) quando

Notas Explicativas

comparada a 2024, mantendo um crescimento gradual e consistente nos volumes. Em relação ao mercado, verificou-se aumento de 3,5% na produção de veículos no período, conforme dados da ANFAVEA.

Apesar do cenário sujeito a incertezas, dado o contexto atual da economia do país, previsões oficiais da ANFAVEA indicam aumento da produção de veículos em 2026 da ordem de 3,7%. Havendo, ainda, no futuro, um ciclo de queda da taxa básica de juros, o mercado deverá apresentar gradual melhora em sua performance e aumento na venda de veículos, o que, consequentemente, poderá afetar de forma positiva o volume de produção da Plascar.

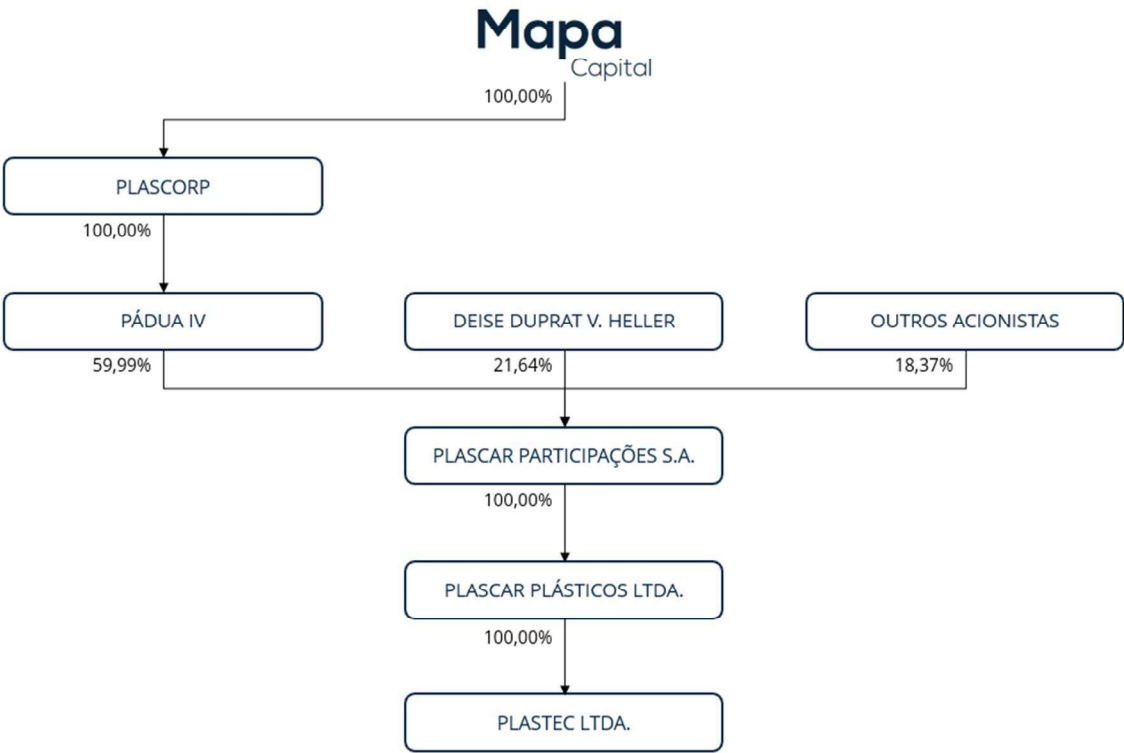
A nomeação para inúmeros projetos novos vem refletindo no crescimento contínuo das receitas. No entanto, apesar de os dados divulgados pela ANFAVEA indicarem crescimento do mercado, a administração da Plascar entende que o ano de 2026 ainda será bastante desafiador, razão pela qual o compromisso é continuar buscando ganhos de eficiência operacional, visando à melhoria da rentabilidade, desalavancagem e à gradual reversão dos prejuízos recorrentes apresentados.

A Companhia segue implementando com sucesso a estratégia de reestruturação definida com a mudança de gestão em 2019. No entanto, o atual cenário macroeconômico, caracterizado por níveis extremamente elevados de taxas de juros e contração generalizada da oferta de crédito, traz grandes desafios para a Companhia, principalmente no que diz respeito à gestão financeira das demandas geradas pelo crescimento operacional e pela necessidade de investimentos.

Reestruturação societária e financeira ocorrida em 2018

Como amplamente divulgado à época, em janeiro de 2019 foi concluído o processo de reestruturação da dívida da Companhia, com a adoção de todos os trâmites legais e societários estabelecidos no plano aprovado pela administração naquela ocasião.

Abaixo, indicamos a atual estrutura societária da Plascar:



Notas Explicativas

2. Sumário das políticas contábeis materiais

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia (Nota 3).

Notas Explicativas

2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, cujas políticas contábeis são as mesmas da Companhia, bem como o encerramento do seu exercício social. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa

Notas Explicativas

dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Para os valores de investimentos negativos, a Companhia registra na rubrica "Provisão para perdas com investimento em controlada" no passivo não circulante.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Transações com participações de não controladores

A Companhia possui transação com acionista não controlador Kielce Gestão de Ativos Ltda ME em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Nota 11b).

b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, que é o setor de autopeças (automotivo).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e

Notas Explicativas

equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “resultado financeiro”.

2.5. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) custo amortizado; (ii) valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo registrado por meio do resultado do exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

2.5.1. Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

2.5.2. Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do

Notas Explicativas

resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

2.5.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros ativos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, partes relacionadas e outros passivos.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.5.4. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.5.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Notas Explicativas

A “provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

2.5.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.5.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (“*impairment*”).

2.5.8. Adiantamento de clientes

O cliente (montadora) adianta parcialmente recursos para Companhia, conforme o andamento do projeto de construção de ferramentais. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra.

Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia e não representam o valor integral destes investimentos, o que causa um stress de caixa, principalmente em momento de crescimento acelerado como o atual.

2.5.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

Notas Explicativas

2.5.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.6. **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O processo de provisão de estoques é dividido em dois tipos de provisão, sendo eles provisão para obsolescência de estoques e provisão para realização dos produtos acabados.

Provisão para obsolescência

O critério para constituição desta provisão considera obsoletos itens sem movimentação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, para os grupos de estoque produtivos, e é o mesmo adotado em todas as unidades da Companhia.

Provisão para realização

Para cálculo do valor a ser provisionado, é gerado um relatório específico, onde ele compara o custo médio estocado do produto x preço atual de venda praticado. Para os itens os quais o custo médio do estoque for superior ao preço de venda, multiplica-se o valor da margem com a quantidade total em estoque para se chegar no montante a ser provisionado, trimestralmente os cálculos são revisados pela Companhia.

2.7. **Imobilizado**

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando

Notas Explicativas

aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado, Nota 2.8.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a avaliação patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim, Varginha e Caçapava e estão apresentados abaixo:

	2025		2024	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	106.781	207.326	113.137	214.613
Betim	90.676	143.731	73.538	149.510
Varginha	42.074	80.391	40.595	84.860
Caçapava	89.033	101.091	87.619	109.447
Total	328.564	532.539	314.889	558.430

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição

Notas Explicativas

da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil deles, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 (R2)/(IFRS16) - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como passivo de arrendamento.

A norma CPC 06(R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não

Notas Explicativas

as mesmas pactuadas.

- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais em 2025 e 2024. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos destas classes.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí/SP, Varginha e Betim/MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º Trimestre de 2024 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 151. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 439. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2024 foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 77. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida

Notas Explicativas

ao valor presente (AVP). Em outubro de 2024 foi registrado contrato de aluguel do galpão do novo site de Curitiba/PR. impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.116. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). Em novembro de 2024 foi registrado contrato de aluguel de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 7.764. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 1º Trimestre de 2025 foram registrados 2 contratos de aluguéis de nova cabine de pintura. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.353. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 1º Trimestre de 2025 também foi registrado contrato de aluguel de computadores. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 463. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2025 foi registrado 1 contrato de aluguel de veículos para frota. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.159. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 3º Trimestre de 2025 foram registrados 3 contratos de aluguéis de empilhadeiras para as plantas de Varginha-MG, Betim-MG e Jundiaí-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 9.009. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 4º Trimestre de 2025 foi registrado 1 contrato de aluguel sistema de bombeamento para a planta de Jundiaí-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 865. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP)

2.10. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Na Companhia e sua controlada que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.
Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não atendiam os critérios acima e, portanto, o imposto diferido ativo foi registrado até a totalidade do imposto de renda passivo, anulando seu efeito.

A Companhia registra imposto diferido passivo sobre o custo atribuído do imobilizado e no mesmo montante, registra imposto diferido ativo anulando-se o efeito. (Nota 10).

2.12. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada, quando aplicável.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes plásticas relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. No decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar parcialmente os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças.

As vendas dos ferramentais são reconhecidas quando o projeto esteja aprovado pela montadora e pronto para início de produção. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que se trata de um bem de sua propriedade.

c) Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

2.14. Tributos sobre as vendas

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Notas Explicativas

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.15. Adoção inicial de novas normas e alterações

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- - Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- - Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

2.16. Novas normas ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- - IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- - IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
- - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- - Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11
- - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Notas Explicativas

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.5;
- (b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8;
- (c) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.9; e
- (d) Provisão para contingências: Nota 2.10.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 7)	287	35
Fornecedores (Nota 16)	(952)	(401)
Exposição líquida	(665)	(366)

ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco relativo à taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da

Notas Explicativas

Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Passivo financeiro	Impacto no resultado do exercício (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	13,50%	16,88%	20,25%
Empréstimos e financiamentos	(22.481)	(25.884)	(29.191)
Arrendamentos a pagar	(5.031)	(5.640)	(6.130)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2025.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), bem como produtos não automotivos, que contempla a injeção e montagem de carrinhos de supermercados e máquinas de cartão, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela gestão. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade da Companhia e sua controlada terem perdas em decorrência de problemas financeiros de seus clientes é reduzida dado ao histórico e porte dos principais clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Entretanto, devido a possíveis oscilações da economia os referidos clientes podem enfrentar alguma dificuldade em suas atividades e para que se tente mitigar a Companhia os monitora regularmente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Notas Explicativas

A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 2.488 (R\$ 3.364 em 2024), que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, além disso, a Companhia monitora as condições macroeconômicas que porventura possam vir a refletir em seu fluxo de caixa para tentar mitigá-los

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Saldo Contábil	Fluxo Financeiro	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	208.795	239.625	51.996	95.039	92.590	-
Passivos de arrendamentos	56.615	56.615	9.220	18.438	28.957	-
Fornecedores	113.658	113.658	100.357	3.150	10.151	-
Passivos com partes relacionadas	6.417	6.417	-	-	6.417	-
Outros passivos	213.704	259.370	7.243	19.419	106.194	126.514
	599.189	675.685	168.816	136.046	244.309	126.514
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	243.452	303.676	46.882	104.184	152.610	-
Passivos de arrendamentos	74.926	76.393	7.048	21.142	48.203	-
Fornecedores	86.255	89.122	89.122	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	7.722	7.722	-	-	7.722	-
Outros passivos	215.914	245.631	11.589	21.374	89.586	123.082
	628.269	722.544	154.641	146.700	298.121	123.082

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	208.795	243.452
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(25.900)	(35.510)
Dívida líquida	182.895	207.942
Total do patrimônio líquido	(723.222)	(519.276)
	(540.327)	(311.334)

Notas Explicativas

5. Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Consolidado	2025		2024		Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	25.900	25.900	35.510	35.510	Nível 2
<u>Custo amortizado</u>					
Contas a receber de clientes (Nota 7)	64.130	64.130	96.436	96.436	Nível 2
Depósitos Judiciais	2.253	2.253	1.860	1.860	Nível 2
Outras ativos	8.899	8.899	17.071	17.071	Nível 2
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores (Nota 16)	123.816	123.816	86.255	86.255	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	208.795	208.795	243.452	243.452	Nível 2
Passivos de arrendamentos (Nota 14)	56.615	56.615	74.926	74.926	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 11)	6.417	6.417	7.722	7.722	Nível 2
Outros passivos (Nota 20)	213.704	213.704	215.914	215.914	Nível 2

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	17.881	28.729	23.412	32.146
Aplicações financeiras	2.409	3.093	2.488	3.364
	20.290	31.822	25.900	35.510

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias baixo risco de crédito e remuneração é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Terceiros no país	59.015	83.120
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	287	35
Contas a receber de ferramental no país	5.252	14.339
	64.554	97.494
Provisão para perdas de crédito esperadas (<i>impairment</i>)	(424)	(1.058)
	64.130	96.436

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos de desconto de duplicatas em seu balanço no montante de R\$ 10.097 (R\$ 7.588 em 31 de dezembro de 2024) e de acordo com as características dos referidos contratos, para melhor apresentação decidiu demonstrar os efeitos na rubrica de empréstimos (nota 15), como capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2025	2024
A vencer	57.844	79.591
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	3.503	11.724
De 31 a 60 dias	627	1.758
De 61 a 90 dias	566	370
Há mais de 90 dias	2.014	4.051
	6.710	17.903
	64.554	97.494

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2025, refere-se à venda de ferramental, em fase final de aprovações técnicas junto aos clientes no montante de R\$ 1.246 (R\$ 2.992 em 2024), para os quais a administração acredita não haver risco significativo de perda

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas foi como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(1.058)	(8.355)
Movimento	634	7.297
Saldo final	(424)	(1.058)

8. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	24.983	18.257
Produtos acabados	5.522	8.545
Produtos em elaboração	17.206	17.854
Matérias-primas	29.640	34.657
Importação em andamento	1.447	2.003
Materiais de manutenção e auxiliares	4.652	5.675
Adiantamento a fornecedores	303	1.123
Provisão para perdas nos estoques	(2.069)	(2.754)
	81.684	85.360

Notas Explicativas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para perdas nos estoques com ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	(2.754)	(2.480)
Movimento (Nota 24)	685	(274)
Saldos finais	(2.069)	(2.754)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2025	2024
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	31.452	38.377
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	3.914	4.772
Outros	1.861	2.072
	37.227	45.221
Circulante	3.301	3.966
Não circulante	33.926	41.255
	37.227	45.221

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Registro contábil trânsito em julgado.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e respectiva utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito. No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros.

Após a homologação e habilitação de R\$ 123.396, relativo à parte do referido crédito, ocorreu em janeiro de 2020, sendo que o restante do crédito no montante de R\$ 31.452, ainda se encontra em análise para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

A Companhia compensou até 31 de dezembro de 2025 o montante acumulado de R\$ 160.410, sendo que parte desse montante, R\$ 31.552 tem como origem impostos anteriormente parcelados.

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	27.103	24.736
	27.103	24.736
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(442)	(445)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	(26.661)	(24.291)
	(27.103)	(24.736)

Notas Explicativas

- (1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, consequentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 66.548 e R\$ 77.550, respectivamente em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 64.669 e R\$ 75.671 em 2024, respectivamente). A controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 1.378.854 e R\$ 1.378.506, respectivamente em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.190.300 e R\$ 1.189.953 em 2024, respectivamente) sobre os quais foram constituídos tributos diferidos ativos até a totalidade dos tributos diferidos passivos, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

Como parte da repactuação fiscal transacionada junto a PGFN, assinada em 07 de julho de 2023 (Nota 26), a Companhia utilizou R\$ 185.230 para compensação dos débitos previdenciários.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(203.946)	(134.203)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	69.342	45.629
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa na repactuação fiscal		1.672
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(69.342)	(23.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - resultado	-	24.208

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual foi reconhecido até o limite do passivo diferido. Os descontos concedidos na Transação Individual junto a PGFN são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social conforme Lei 13.988/20 artigo 11 parágrafo 12.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de sua controlada são compostos de remuneração fixa, variável com base no atingimento de metas estabelecidas e benefícios complementares.

Notas Explicativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	2025	2024
Remuneração fixa anual (1)	8.075	8.297
Remuneração variável (2)	1.897	2.089
Honorários da administração	9.972	10.386

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Saldos e transações

A Companhia e sua controlada celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante				
Contratos de serviços:				
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda				
(Mapa) (a)	-	-	544	-
	-	-	544	-

(a) Registrado na rubrica de fornecedores

Passivo não circulante				
Contratos de mútuos:				
Yatsivut Corporation Ltd.	-	-		
Kielce Gestão de Ativos Ltda ME (b)	-	-	6.417	7.722
Plascar Ltda.	42.319	52.037		-
	42.319	52.037	6.417	7.722
	42.319	52.037	6.417	7.722

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado		
Serviços assessoria financeira – Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.	4.644	4.464
	4.644	4.464

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	52.037	7.722
Captação (pagamento)	(9.718)	(2.673)
Provisão de juros e IOF	-	1.368
Em 31 de dezembro de 2025	42.319	6.417

Notas Explicativas

- (a) Em 14 de novembro de 2018, a Plascar assinou um contrato de prestação de serviço de assessoria financeira com a Mapa Capital, o qual é renovado anualmente por deliberação do Conselho de Administração. Em novembro de 2025, referido contrato foi renovado por mais período de 12 (doze) meses, estando, portanto, vigente atualmente.

Os efeitos das transações no resultado correspondem a atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

- (b) Em 30 de junho de 2023 foi firmado o contrato de confissão de dívida com a Kielce Gestão de Ativos - ME (mutuante), a qual passou a ser detentora da dívida no montante de R\$ 7.335 com a Plascar Ltda. (mutuária).

12. Provisão para perda com investimento em controlada

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	(499.213)	(391.285)
Participação no resultado da controlada	(202.068)	(107.928)
Saldo final	(701.281)	(499.213)

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
Capital social	838.565	838.565
Quotas totais	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas	838.565.114	838.565.144
Participação	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	(701.281)	(499.213)
Participação na Plascar S.A.	(701.281)	(499.213)
Prejuízo do exercício	(202.068)	(107.928)
Resultado da equivalência patrimonial	(202.068)	(107.928)

Notas Explicativas

13. Imobilizado

	Edificações		Máquinas e equipamentos		Moldes	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Peças e materiais de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos (1)	Total
Em 31/12/2023	23.430		305.989		448	398	47	1.149	5.680	44.747	(62.939)	318.949
Aquisição	1.471		24.602		-	369	-	-	4.839	1.909	-	33.190
Baixas, liquidas	-		(13.026)		-	(7)	-	-	(497)	(46.306)	56.978	(2.858)
Depreciação	(632)		(32.979)		(448)	(219)	(21)	(93)	-	-	-	(34.392)
Em 31/12/2024	24.269		284.586		-	541	26	1.056	10.022	350	(5.961)	314.889
Aquisição	4.069		30.690		-	265	-	-	1.339	19.705	-	56.068
Baixas, liquidas	(3)		(10)		-	-	-	(17)	(3.522)	(2.532)	-	(6.084)
Depreciação	(1.948)		(33.468)		-	(747)	(17)	(129)	-	-	-	(36.309)
Em 31/12/2025	26.387		281.798		-	59	9	910	7.839	17.523	(5.961)	328.564

(1) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento. No 2º Trimestre de 2024 a Companhia decidiu baixar a totalidade desses adiantamentos e reverter a provisão de perda no montante de R\$ 44.084.

Em 2019, a Companhia registrou impairment de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. Em 2024, a Companhia reverteu R\$ 12.894, alienando parte desses ativos.

Notas Explicativas

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, como segue:

	Vida útil (anos)
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil deles, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Direito de uso de ativos

	2025	2024
Saldo inicial	60.279	73.272
Adições	12.849	9.547
Reajustes	3.447	340
Amortização	(29.408)	(22.880)
Saldo final	47.167	60.279

Passivos de arrendamento

	2025	2024
Saldo inicial	74.926	90.683
Adições	12.849	9.547
Reajustes	3.447	340
Juros	7.353	8.270
Pagamentos	(41.960)	(33.914)
Saldo final	56.615	74.926
Circulante	41.621	33.144
Não circulante	14.994	41.782
	56.615	74.926

No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí/SP, Varginha e Betim/MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º Trimestre de 2024 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 151. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a.% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras.

Notas Explicativas

O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 439. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 3º Trimestre de 2024 também foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 77. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). Em outubro de 2024 foi registrado contrato de aluguel do galpão do novo site de Curitiba/PR. impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.116. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). Em novembro de 2024 foi registrado contrato de aluguel de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 7.764. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 1º Trimestre de 2025 foram registrados 2 contratos de aluguéis de nova cabine de pintura. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.353. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 1º Trimestre de 2025 também foi registrado contrato de aluguel de computadores.

O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 463. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º Trimestre de 2025 foi registrado 1 contrato de aluguel de veículos para frota. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.159. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 3º Trimestre de 2025 foram registrados 3 contratos de aluguéis de empilhadeiras para as plantas de Varginha-MG, Betim-MG e Jundiaí-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 9.009. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 4º Trimestre de 2025 foi registrado 1 contrato de aluguel sistema de bombeamento para a planta de Jundiaí-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 865. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3%a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou despesa de R\$ 2.832 (R\$ 2.956 em 2024) referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Consolidado						
31/12/2025						
	Edifícios	Empilhadeiras	Veículos	Equipamentos TI	Cabine Pintura	Total
2026	30.433	5.407	4.023	900	858	41.621
2027	5.987	1.283	3.054	422	978	11.724
2028 em diante	3.270	-	-	-	-	3.270
	39.690	6.690	7.077	1.322	1.836	56.615

Notas Explicativas**c) Informações adicionais - Ofício circular CVM/SNC/SEP no. 2.2019**

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/No. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2026	2027	2028	2029 em diante
Passivo de arrendamento				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(56.615)	(18.993)	(7.090)	(1.141)
Projeção nominal e taxa nominal	(56.615)	(19.737)	(7.374)	(1.187)
Direito de uso de ativos				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	47.167	15.253	5.272	694
Projeção nominal e taxa nominal	47.167	15.851	5.483	722
Encargos financeiros				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	3.991	1.374	484	47
Projeção nominal e taxa nominal	3.991	1.428	503	49
Despesa de amortização do direito de uso				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	31.279	10.209	4.779	874
Projeção nominal e taxa nominal	31.279	10.609	4.970	909

15. Empréstimos e financiamentos**a) Resumo dos empréstimos e financiamentos**

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2025	Consolidado	
		2025	2024
Capital de giro - moeda nacional	De 17,25% a 28,0% a.a.	198.698	235.864
Duplicatas descontadas	De 2% a 3% a.m.	10.097	7.588
		208.795	243.452
Circulante		132.664	127.078
Não circulante		76.131	116.374
		208.795	243.452

Notas Explicativasb) Movimentação

	2025	2024
Em 1º de janeiro	243.452	204.437
Captações	118.984	241.083
Pagamento de principal	(152.834)	(200.744)
Pagamento de juros	(66.929)	(52.677)
Provisão de juros	66.122	51.353
Em 31 de dezembro	208.795	243.452

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2027	54.628
2028	14.295
2029	4.824
2030 em diante	2.384
	76.131

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda. são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

A Companhia monitora a situação das cláusulas restritivas em seus empréstimos junto a instituições financeiras e está em conformidade com todas elas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores nacionais	122.864	85.854
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1)	952	401
	123.816	86.255
Circulante	113.658	86.255
Não circulante	10.158	-
	123.816	86.255

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 37 dias (mesmo prazo médio em 2024).

17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
Encargos sociais ⁽¹⁾	55.754	40.076
Indenizações trabalhistas	1.070	178
Provisão férias e salários	28.318	27.835
Provisão para participação nos resultados	12.366	13.966
	97.508	82.055

Notas Explicativas**18. Adiantamentos de clientes**

	Consolidado	
	2025	2024
Man	13.817	270
Stellantis	10.941	4.773
Nordex	10.274	-
Volkswagen do Brasil	8.147	12.192
Mercedes Benz	146	818
Volvo	-	945
Outros	-	724
	43.325	19.722

19. Compromissos e provisão para contingências**a) Repactuação da dívida de aluguel**

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137.754, registrado na rubrica "Outros passivos" e "Passivo de arrendamento" no circulante.

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020.

No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021 (Nota 14.a).

Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável

A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista e previdenciária, cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como "remoto", "possível" e "provável", sendo que "remoto" indica risco mínimo de perda, "possível" indica risco moderado de perda e "provável" indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como "provável", a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda "possível", para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das

Notas Explicativas

reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias.

Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Provisões previdenciárias e trabalhistas	24.366	18.074
	24.366	18.074

A movimentação da provisão para contingências em 31 dezembro de 2025 e 2024, está assim representada:

Previdenciárias e trabalhistas

	2025	2024
Saldo inicial	18.074	9.343
Adições	17.547	15.933
Pagamentos	(11.255)	(7.202)
Saldo final	24.366	18.074

b) Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2025	2024
Tributárias	15.425	12.350
Trabalhistas	34.069	33.383
Cível	1.391	2.059
	50.885	47.792

c) Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em um processo considerado relevante contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de

Notas Explicativas

direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.

20. Outros passivos

	Consolidado	
	2025	2024
Aluguéis a pagar	184.372	181.846
Credores diversos - acordos firmados (1)	23.187	24.827
Outros passivos	6.145	9.241
	213.704	215.914
Circulante	39.412	33.413
Não circulante	174.292	182.501
	213.704	215.914

- (1) Refere-se substancialmente a contrato de confissão de dívida referente operação comercial e reestruturação da dívida com cliente.

21. Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	2025 e 2024	
	Quantidade de ações	Participação
Pádua IV Participações	7.454.491	60,00%
Deise Duprat	2.689.646	21,64%
Outros acionistas	2.281.281	18,36%
	12.425.418	100%

O preço de emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

b) Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais

Notas Explicativas

diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos), básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	2025	2024
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(203.946)	(109.995)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	(16,41)	(8,85)

23. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas	1.440.297	1.424.302
Impostos incidentes sobre vendas	(270.812)	(267.005)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(17.382)	(25.497)
	1.152.103	1.131.800

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2025	2024
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(943.762)	(893.305)
Depreciação e amortização	(65.717)	(57.272)
Serviços de terceiros	(48.320)	(54.918)
Fretes	(38.044)	(29.711)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	634	7.297
Provisão para nos estoques (Nota 8)	685	(274)
Repactuação fiscal – descontos de multas (Nota 26)	-	3.891
Outros	(81.845)	(90.351)
	(1.176.369)	(1.114.643)
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(1.005.698)	(963.676)
Despesas com vendas	(68.251)	(56.592)
Despesas gerais e administrativas	(106.529)	(100.444)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.109	6.069
	(1.176.369)	(1.114.643)

Notas Explicativas**25. Resultado financeiro**

	Consolidado	
	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária	(71.369)	(81.790)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	(97.726)	(63.075)
Repactuação fiscal – descontos de juros (Nota 26)	-	4.427
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(7.353)	(8.270)
Variações cambiais passivas	(554)	(1.871)
IOF	(1.931)	(3.632)
Outros	(3.301)	(3.026)
	(182.234)	(157.237)
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária	1.462	4.366
Variações cambiais ativas	1.065	1.466
Outros	27	45
	2.554	5.877
Resultado financeiro	(179.680)	(151.360)

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

26. Impostos e contribuições a recolher

	2025					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				Circulante		Não circulante
				A vencer	Vencidos	
Transação Individual PGFN	107.400	-	-	12.505	2.899	91.996
PIS/COFINS/IPI	20.953	3.348	17.605	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	30.841	-	-	5.782	-	25.059
ICMS	81.381	3.635	5.389	37.212	8.727	26.418
Outros	607	607	-	-	-	-
	241.182	7.590	22.994	55.499	11.626	143.473
IRRF (Empregados)	10.242	2.899	7.343	-	-	-
FGTS	6.479	1.879	-	1.373	-	3.227
INSS (Empresa)	35.510	4.915	19.898	5.278	762	4.657
INSS (Empregados)	8.708	2.576	6.132	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.222	-	-	2.148	-	4.074
Parcelamento Simplificado RFB	298.415	-	-	77.930	11.952	208.533
	365.576	12.269	33.373	86.729	12.714	220.491
Soma (Empresa)	587.808	14.384	42.892	142.228	24.340	363.964
Soma (Empregados)	18.950	5.475	13.475	-	-	-
Total	606.758	19.859	56.367	142.228	24.340	363.964

Notas Explicativas

	2024					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				Circulante		Não circulante
				A vencer	Vencidos	
Transação Individual PGFN	109.028	-	-	10.309	1.894	96.825
PIS/COFINS/IIPI	12.676	3.123	9.553	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	32.580	-	-	5.144	-	27.436
ICMS	67.450	2.055	-	23.921	5.861	35.613
Outros	774	774	-	-	-	-
	222.508	5.952	9.553	39.374	7.755	159.874
IRRF (Empregados)	6.380	2.964	3.416	-	-	-
FGTS	7.510	1.962	-	1.275	-	4.273
INSS (Empresa)	25.423	5.490	5.170	5.186	687	8.890
INSS (Empregados)	5.740	1.481	4.259	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	8.144	-	-	2.627	-	5.517
Parcelamento Simplificado RFB	191.875	-	-	43.614	6.875	141.386
	245.072	11.897	12.845	52.702	7.562	160.066
Soma (Empresa)	455.460	13.404	14.723	92.076	15.317	319.940
Soma (Empregados)	12.120	4.445	7.675	-	-	-
Total	467.580	17.849	22.398	92.076	15.317	319.940

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Transação Individual – PGFN – Evento não recorrente

A administração concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreendia os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual instituído pela Lei 14.375/2022, cuja portaria de regulamentação foi publicada no dia 01/08/2022.

A assinatura da referida transação ocorreu em 07 de julho de 2023 e todos os efeitos, descontos de multas e juros, assim como utilização de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram reconhecidos no 2º Trimestre de 2023.

Foram negociados todos os débitos previdenciários e fazendários, sendo:

- 1) Débitos previdenciários: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 86.197, equivalentes à 38% do débito, utilização de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social no valor de R\$ 60.704, equivalente a 27% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 60 vezes.
- 2) Débitos fazendários: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 30.309, equivalentes à 49% do débito. O saldo remanescente foi parcelado em 120 vezes.

Após ao registro contábil desta transação foram observados queda substancial do passivo circulante, melhora do resultado e aumento do patrimônio líquido, além da utilização de parte dos prejuízos fiscais acumulados da Companhia. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 177.210, sendo descontos de multas de R\$ 75.894, descontos de juros de R\$ 40.612 e utilização prejuízos fiscais de R\$ 60.704.

O saldo referente parcelamento ordinário (PIS, COFINS e IPI), no valor atualizado de R\$ 19.286, foi migrado para Transação Individual com todos os descontos e abatimentos previstos no Termo assinado em julho de 2023. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 9.990, sendo descontos de multas de R\$ 3.891, descontos de juros R\$ 4.427 e utilização de prejuízos fiscais de R\$ 1.672.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação PGFN:

	PGFN - Débitos Previdenciários	PGFN - Débitos Fazendários	Total
Saldo original	233.519	73.161	306.680
Abatimento precatórios e outros	(5.381)	(5.934)	(11.315)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(62.376)	-	(62.376)
Desconto de multas e encargos legais	(89.411)	(35.413)	(124.824)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2024	(20.620)	(7.498)	(28.118)
Atualização do parcelamento	20.247	7.106	27.353
Total	75.978	31.422	107.400

27. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Salários e encargos sociais	302.868	291.359
Plano de participação nos resultados	13.196	10.288
Desligamentos	10.573	6.802
Benefícios previstos em Lei	65.553	53.117
Benefícios adicionais	620	765
	392.810	362.331

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio-creche.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e sua controlada possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia; e
- (ii) Plano de bônus de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

28. Transações que não afetaram caixa

	2025	2024
Direito de uso de ativos (nota 14)	12.849	9.547
Passivos de arrendamento (nota 14)	(12.849)	(9.547)

Notas Explicativas

29. Seguros (não auditados)

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 750.000 (R\$ 750.000 em 2024) e R\$ 30.000 (R\$ 10.000 em 2024) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comportamento das projeções empresariais

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
Plascar Participações Industriais S.A.
Jundiá – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plascar Participações Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia (consolidado) apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 479.377 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 723.222 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.654.987 mil e prejuízo no exercício no montante de R\$ 203.946 mil. Adicionalmente, a citada nota explicativa descreve as ações colocadas em prática pela administração para o cumprimento das obrigações da Companhia, tais como renegociação junto à credores, incluindo obrigações de natureza fiscal, busca de descontos e melhores prazos de pagamentos, além de investimentos em novos projetos com o objetivo de aumentar o faturamento e a margem (além da redução dos custos operacionais). A situação atual dos índices financeiros e as condições descritas na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste ou reclassificação que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 12 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP-202.127/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores qualificados declaram que:
Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.